

O “Dia do Índio” está extinto, vida longa ao “Dia dos Povos Indígenas”! Aprendendo com as vozes originárias.

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
Editora da revista (entre)linhas e HH Magazine: humanidades em rede

Parece pouco, não é mesmo? Que a simples mudança de nomenclatura possa trazer tantas transformações. Mas o leitor se engana se acha que esta modificação seja de fácil compreensão. Sabemos que o “Dia do Índio” foi instituído em uma configuração política específica, durante o governo Vargas e que, durante aquele período, os povos originários eram intensamente negligenciados e vinculados apenas a um passado colonial e relacionados à figura de um herói nacional mítico. O ano era 1943 e o mundo vivenciava a II guerra Mundial, enquanto os povos indígenas vivenciavam o desprezo, o racismo e o genocídio.

Desde então, o “dia do índio” têm sido uma data de celebração desse desprezo, em sua maioria das vezes, e isso se deve a uma intensa representação idealizada, generalista e depreciativa. É preciso saber, urgentemente, da imensa socio-diversidade existente nos mais de 300 povos indígenas no Brasil, e isto considerando dados desatualizados do IBGE¹. No entanto, ao longo dos anos essa diversidade foi camuflada em uma unicidade mitológica, inventada ao longo da trajetória histórica do Brasil². Uma unicidade que não apenas reduz, mas tenta limitar maximamente a atuação, presença e reconhecimento desses povos, em âmbito individual e coletivo.

Constituiu-se, assim, uma mitologia sobre o “índio”, substantivo ortograficamente apresentado no singular e no masculino. O projeto era então especificar quem era esse “índio”, e todos aqueles que não se enquadrassem na definição inventada, seriam excluídos. Vinculado então fortemente ao indianismo Romântico do século XIX, em livros como “Iracema” (1865) e “O Guarani” (1857), ambos de José de Alencar, o “índio” era aquele ser idealizado, de pele acobreada e cabelos negros e escorregadios, moldado em um ideal de cavaleiro medieval, como demonstra Eduardo Vieira Martins, em “A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista” (2005).

¹ De acordo com o IBGE de 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em 01/04/2022.

² Sobre a ideia de uma mitologia de identidade única, consultar o texto “A mitologia de uma “identidade indígena” única e a sua transmutação em “caboclo”: uma perspectiva em longa duração”, a ser publicado pela Fênix: Revista de História e Estudos Culturais.

Perceba leitor, que não estou demonizando tais obras, muito pelo contrário. Tais obras Românticas foram importantes no contexto do século XIX, momento em que até muito recentemente havia sido promulgada, em Carta Régia de 1808, a “guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos”, e o imaginário coletivo daquela sociedade relacionava os povos indígenas à uma identidade selvagem. É evidente, mesmo a ideia de antropofagia fora construída sobre os Botocudos, para depreciá-los e assassiná-los, justificado pelo interesse em seus territórios de origem e pela liberação dos caminhos fluviais do Rio Doce, como demonstra Maria Hilda Baqueiro Paraiso, em “O Tempo da Dor e do Trabalho” (2014). Então aquelas obras Românticas foram importantes em um contexto de depreciação extrema das identidades indígenas, no entanto não podem, de forma alguma, ser base para a delimitação de uma identidade que só existe na ficção. Ou melhor, uma identidade estereotipada e que pode até existir em nossa contemporaneidade, mas está longe de ser a única possibilidade.

É por isso que a permanência de uma abordagem unívoca sobre os indígenas é no mínimo ultrapassada e sua permanência só deve acontecer se for alvo de intensa crítica. É também devido a isso que se destaca a conquista realizada em 2021, a de modificação de um “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas” no Brasil. Este último será celebrado no dia 19, no entanto promove o protagonismo dos povos originários a partir de suas próprias vozes, destacando que o PL 5466/2019 foi proposto por Joênia Wapichana, mulher, indígena e deputada federal. A própria proposta do referido projeto de lei, encabeçada por uma mulher indígena, destaca as pluralidades de gênero, muito invisibilizadas no que tange a história dos povos indígenas no país.

É preciso destacar também a diversidade contida na nova nomenclatura, que demanda a responsabilização de uma abordagem múltipla e plural, reforçando a lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino e a aprendizagem de cultura e história indígena. Assim, não basta que seja obrigatória a abordagem, mas que ela seja vinculada à variedade dos povos originários e às suas demandas, contradizendo aqueles discursos antigos de engessamento de indígenas em um passado colonial e pré-colonial.

Muito ainda há de ser feito, sempre prezando pelo destaque das diversidades culturais existentes no país, principalmente ao contabilizarmos o déficit de demandas históricas que perpassam todos os campos de interesse nas ciências modernas. Por isso, a luta contra os estereótipos indígenas se encontra em todos os lugares e, na educação, em absolutamente todas as disciplinas. Foram os indígenas que compartilharam seus conhecimentos milenares sobre o território e suas medicinas, possibilitando assim a

sobrevivência dos invasores europeus, como demonstrou Sérgio Buarque de Holanda, em “Caminhos e Fronteiras” (1957).

Em nossa contemporaneidade, são os autores indígenas que intensificam um debate por uma descolonização do pensamento ocidental, promovendo a variedade e a abundância epistemológica frente à uma perspectiva de uma só história, como apresentou Chimamanda Adichie, em “Os perigos de uma história única” (2019). É por meio de intelectuais como Ailton Krenak, autor de “A vida não é útil” (2020), que passamos a refletir sobre os perigos de não se dedicar ao bem viver, ou de acreditar erradamente em apenas uma forma de sobrevivência em um mundo múltiplo. Graça Graúna, nos mostra em “Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil” (2013) como as literaturas originárias ensinam vivências, cosmologias, biológicas em estruturas distintas das que estamos habituados a perceber o mundo, ampliando nossos horizontes de expectativas frente a um presente e à possibilidades de futuro.

Daniel Munduruku em obras como “O Karaíba: uma história do pré-Brasil” (2010), nos ensina uma percepção diferente dos povos originários sobre a colonização, ou melhor, sobre a invasão desse território que viria a ser conhecido como Brasil. O autor destaca em sua obra o medo, a suspeita, a apreensão em uma percepção compartilhada entre os povos indígenas, frente ao estranhamento de um grupo que achava ser dono daquelas terras. E sobre “ser dono”, chega Davi Kopenawa, nos explicando em “A Queda do Céu” (2020), como ninguém é dono da terra, como nós enquanto bicho-gente dependemos dela para viver, e como os povos indígenas vão além sendo, eles mesmos, terra também. Na trilha de Kopenawa, segue Rafael Xucuru-Kariri, que em conjunto com Suzane Lima Costa, nos apresenta “Cartas para o bem viver” (2020). Na obra, podemos acompanhar textos escritos como trocas de cartas (para os mais jovens: antigo mecanismo de comunicação, pré-aplicativos de mensagem), nos orientando de que a vida está para além de individualidades; cartas destinadas para os que sonham e desejam um outro Brasil³.

A estes autores, segue-se uma nova geração de escritores indígenas, importantes para essas novas possibilidades que o Dia dos Povos Indígenas nos traz. Dentre eles, destaque João Nyn, responsável pela escrita de “Tybyra: uma tragédia indígena brasileira” (2020). Na obra, o autor reverte um evento histórico, descrito pelo frade francês Yves Devreux, que relata em “Continuação da História das Coisas Mais Memoráveis

³ O livro está disponível gratuitamente para download, na página: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/livro/cartas-para-o-bem-viver/>. Acesso em 01/04/2022.

Acontecidas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614” sobre um indígena assassinado com um tiro de canhão, pelo “crime” de se relacionar com outros homens. Tal indígena jamais fora nomeado por Devreux, mas João Nyn nomeia e ressuscita a voz daquele e de tantos outros que foram silenciados por séculos e, infelizmente, continuam o sendo em uma sociedade estruturalmente racista, machista e homofóbica. Temos ainda Aline Rochedo Pachamama, historiadora do povo Puri da Serra da Mantiqueira, autora de “Boacé Uchô: a história está na terra” (2020). No livro, a autora debate não só sobre os estereótipos criados sobre os indígenas, mas também sobre as diversidades existentes em cada um desses povos, destacando o seu próprio.

A importância de trazer os autores indígenas, aqui neste texto, se relaciona diretamente com a necessidade de destacar a pluralidade de suas vozes, de fazerem com que elas rompam os silêncios violentamente impostos a estes povos. É também de destacar epistemologias que vão para além de uma perspectiva etnocêntrica, antropocêntrica e eurocentrada, valorizando nossas raízes, nosso presente e fortalecendo um futuro em que as próximas gerações não tenham medo de se dizerem indígenas, de se autodeclararem, revivendo seus ancestrais encantados.

Referências bibliográficas:

ALENCAR, José de. *Iracema*. IN.: Obras Completas I Romances Indianistas I: Romances Indianistas ("O Guarani", "Iracema" e "Ubirajara") (Edição Definitiva). Edição do Kindle.

----- . *O Guarani*. IN.: Obras Completas I Romances Indianistas I: Romances Indianistas ("O Guarani", "Iracema" e "Ubirajara") (Edição Definitiva). Edição do Kindle.

ADICHIE, Chimamanda A. *Os perigos de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GRAÚNA, Graça. *Contraponto da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARTINS, Eduardo V. *A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba: uma história do pré-Brasil*. Barueri: Editora Amarilys, 2010.

NYN, João. *Tybyra: uma tragédia indígena*. São Paulo: Editora Burro, 2020.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. *Boacé Uchô: A história está na terra*. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2020.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *O Tempo da Dor e do Trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste*. Salvador: EDUFBA, 2014.

XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA; Suzane L. *Cartas para o bem viver*. Salvador: Boto-rosa livros, arte e café, 2020.